



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

E as mulheres rurais? O projeto quintais sustentáveis
analisado sob a perspectiva de gênero

What about the rural women? The Sustainable
Backyards Project through a gender perspective

Laila Mayara Drebes e Tanny Oliveira Lima Bohner¹

Resumo:

No século XXI, a igualdade de gênero recebeu importância pelas organizações multilaterais voltadas à extensão e ao desenvolvimento em áreas rurais, sobretudo, relacionadas com a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e nutricional e a produção agroecológica. O estudo visou analisar a relevância da inclusão das mulheres em ações de extensão dirigidas ao desenvolvimento de áreas rurais, considerando o Projeto Quintais Sustentáveis. De cunho qualitativo, o estudo de caso foi conduzido em Manoel Viana/RS, por meio de observações, entrevistas, formulários e documentos. Os dados foram analisados com estatística descritiva e análise de conteúdo. O Projeto Quintais Sustentáveis não anteviu o tema da igualdade de gênero: não houve

¹ Doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil.

direcionamento às mulheres rurais. Embora o Projeto estivesse alocado no âmbito de suas atividades na divisão do trabalho no estabelecimento, a mercantilização dos Quintais Sustentáveis distanciou as mulheres. Concluiu-se que o potencial do Projeto não foi devidamente usufruído em virtude da ausência de considerações sobre igualdade de gênero.

Palavras-chave: *Pobreza rural, Segurança alimentar, Agroecologia, Dominação masculina.*

Abstract:

On 21st century, gender equality became increasingly important to multilateral organizations concerned with extension and development in rural communities, especially when related to interventions towards poverty alleviation, food security and agroecological production. The present study aimed to analyze the importance of women's inclusion in extension activities towards the development of rural areas, with respect to "Sustainable Backyards" Project. Mixing qualitative and quantitative approaches, the case study was conducted in the city of ManoelViana/RS, through observations, interviews, forms and documents. Data were analyzed using descriptive statistics and content analysis. The "Sustainable Backyards" Project did not forecast the theme of gender equality: there was not an orientation towards rural women. Even though the Project was allocated in the sphere of their activities in the division of labor at the establishment, women were dissociated by the commodification of Sustainable Backyards. Thus, it was concluded that the potential of Sustainable Backyards Project was not fully enjoyed due to the lack of considerations on gender equality.

Key-words: *Rural poverty, Food security, Agroecology, Male dominance.*

1. Introdução

Desde seu surgimento nas nações em desenvolvimento, entre as décadas de 1950 e 1960, a extensão rural visou à difusão de novos conhecimentos aos agricultores. Tais esforços, centrados em orientações técnicas e na disseminação de tecnologias, com o intuito de melhorar a agricultura, acabaram subestimando a atuação das mulheres rurais, ignorando as desigualdades de gênero encontradas nesse âmbito. Apenas a partir da década de 1960 em diante, em virtude do surgimento

do livro *O papel da mulher no desenvolvimento econômico*, da economista Ester Boserup, na Dinamarca, as relações de gênero foram incluídas nas análises dos serviços de extensão voltados às áreas rurais (MEAS, 2013).

Em síntese, as relações de gênero referem-se a um complexo sistema de relações de dominação socialmente criadas e mantidas entre homens e mulheres, as quais não se referem às diferenças biológicas, mas sim às estruturas sociais e culturais determinantes do “ser homem” e do “ser mulher” em dados contextos espaço-temporais. A definição do ser homem e do ser mulher resulta, inicialmente, da divisão do trabalho², em que os homens conduzem as atividades de âmbito produtivo e as mulheres, as de âmbito reprodutivo. Nesse sentido, o gênero é uma construção sociológica, isto é, uma categoria de análise relacional, socialmente construída com o intuito de responder à necessidade de diferenciar os sexos biológicos por meio de suas funções sociais, distinguindo comportamentos femininos dos masculinos, sendo estes sustentados nas relações de poder vigentes nas sociedades (WB, 2003; WB; FAO; IFAD, 2012).

Em virtude disso, muitas dimensões da vida em sociedade são vivenciadas diferentemente por homens e mulheres. Nesse sentido, estes manifestam preferências, interesses e prioridades distintas; as desigualdades e diversidades enfrentadas sustentam-se no ser

² Em síntese, a divisão sexual do trabalho em produtivo, vinculada aos homens, e reprodutivo, atrelado às mulheres, é uma construção social da modernidade. Assim, historicamente, os homens vêm sendo associados às atividades capitalistas e remuneradas, realizadas no espaço público, enquanto as mulheres são restritas às atividades domésticas e não remuneradas realizadas no espaço privado. Tendo em vista as particularidades do trabalho reprodutivo, na maioria das vezes este não é verdadeiramente reconhecido como trabalho, dando início a uma série de desigualdades de gênero que colocam as mulheres em situações de vulnerabilidade, desencadeando a luta por equidade. Essa divisão sexual do trabalho costuma ser muito claramente delimitada nos contextos rurais (NEVES; MEDEIROS, 2013).

masculino ou feminino, os quais experienciam oportunidades, obstáculos e desafios diferentes, e são afetados, assim como contribuem diferentemente para o desenvolvimento socioeconômico (WB, 2003).

Contudo, sendo uma construção sociológica, a categoria gênero também é passível de desconstrução e reconstrução. Nesse âmbito, as ações de extensão voltadas ao desenvolvimento de áreas rurais são consideradas de suma relevância. Cada vez mais, as relações de gênero vêm sendo observadas em orientações de organizações multilaterais de desenvolvimento como essenciais em termos de combate à pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica. Essas defendem a necessidade de envolvimento das relações de gênero em todas as ações de extensão direcionadas ao desenvolvimento de áreas rurais, sendo assim um elemento considerado “transversal” às mais variadas temáticas (IFAD, 2000; WB; FAO; IFAD, 2012; OXFAM, 2013).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar a relevância da inclusão das mulheres rurais em ações de extensão com vistas ao desenvolvimento de áreas rurais vinculadas à erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica. De maneira específica, o estudo visa caracterizar o Projeto Quintais Sustentáveis como estratégia de desenvolvimento em áreas rurais reformadas, atentando a seus intuítos e eixos centrais e verificando a atuação das mulheres rurais no âmbito do Projeto.

2. Referencial Teórico: gênero na extensão e no desenvolvimento em áreas rurais

Em 2000, autoridades mundiais de mais de 190 nações reuniram-se na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, onde firmaram a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio. Entre eles, encontram-se a “igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”. Esse intuito esteve voltado, inicialmente, à educação e, mais tarde, foi estendido envolvendo outras esferas.

Tendo em vista o alcance da Declaração e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a ONU trouxe à tona a temática de gênero nas agendas globais de desenvolvimento, associada ao combate à miséria e à fome, assim como à consolidação da sustentabilidade. Segundo o Fórum Global de Serviços de Consultoria Rural (Gfras), o papel das mulheres na agricultura está se tornando centro de atenções, assim como a intenção de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias pobres, com o intento de um desenvolvimento sustentável (GFRAS, 2012).

As desigualdades de gênero costumam travancar as estratégias de extensão e desenvolvimento em áreas rurais. A falha em reconhecer as diferentes funções dos homens e das mulheres rurais dissemina informações errôneas às ações de extensão e desenvolvimento, causando o seu insucesso (WB; FAO; IFAD, 2012).

Desse modo, as ações de extensão e desenvolvimento ainda não conseguem enfrentar os obstáculos à participação efetiva das mulheres rurais. Elas ainda têm dificuldades em influenciar as discussões sobre programas e projetos de agricultura. Até mesmo os serviços de extensão rural são estruturados em complexas relações de gênero, afetando sua capacidade. A extensão rural normalmente é baseada nas necessidades do sexo masculino, e é resultado de organizações dominadas por homens. Desse modo, os serviços de extensão rural deveriam trabalhar toda a família, em vez de somente algumas pessoas. Quando a interdependência sistêmica do trabalho das mulheres e dos homens rurais for explicitamente reconhecida, as ações de desenvolvimento

surtirão mais efeito (GLOBAL DONOR PLATFORM FOR RURAL DEVELOPMENT, 2010).

Para o Banco Mundial (WB), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Ifad), considerar as mulheres nas ações de desenvolvimento, tentando minimizar as desigualdades de gênero, é de extrema relevância, sobretudo em áreas rurais em situação de miséria. Desconhecer ou desmerecer essas desigualdades é nocivo em termos sociais, dificultando a superação da pobreza. Embora muitas ações de desenvolvimento voltadas às áreas rurais consigam suscitar resultados exitosos, afetam negativamente às mulheres e às crianças, com o aumento da estratificação socioeconômica (WB; FAO; IFAD, 2012).

Conforme o Grupo Neuchâtel, a extensão rural tem sido criticada em virtude de um fraco e vago comprometimento com a redução da pobreza. Comumente, o fracasso da extensão em trabalhar com os pobres rurais está relacionado com a desconsideração de aspectos essenciais, como os relacionados ao gênero, que poderiam colaborar com a redução da pobreza (NEUCHÂTEL GROUP, 2003). De acordo com a Plataforma de Doadores Globais para o Desenvolvimento Rural, condicionar melhorias à agricultura das mulheres é um dos meios mais relevantes de reduzir a pobreza (GLOBAL DONOR PLATFORM FOR RURAL DEVELOPMENT, 2010).

Não somente a pobreza constitui o maior fator de insegurança alimentar e nutricional, mas também as desigualdades de gênero presentes ao longo de toda a cadeia de produção de alimentos, “desde a propriedade rural até o prato”, dificultam a obtenção destes. Maximizar o impacto do desenvolvimento sobre a segurança alimentar e nutricional implica reconhecer o papel das mulheres como agricultoras e como principais cuidadoras de suas famílias. A segurança alimentar e

nutricional é uma meta fundamental do desenvolvimento em áreas rurais, sendo essencial em termos socioeconômicos (WB; FAO; IFAD, 2012).

De acordo com o IDS Knowledge Services (2012), gênero e segurança alimentar são temas entrelaçados. Assim, a solução da fome e a amenização das situações de pobreza envolvem um desafio ao atual modelo de desenvolvimento sustentado em desigualdades. Embora se tenha a consciência de que “as mulheres alimentam o mundo”, tendo em vista suas atividades como produtoras, processadoras, cozinheiras e servidoras de alimentos, tais papéis ainda são incompreendidos e, sobretudo, subestimados, já que elas ainda são, em muitas realidades, impedidas de controlar a terra, limitadas em seu acesso aos recursos e até aos mercados. Isso demonstra a existência de conflitos entre os gêneros, em que a pauta é o poder.

Para o Gfras (2012), se as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens aos recursos agrícolas, elas aumentariam a sua renda em 20 a 30%, ampliando a agricultura em suas nações em desenvolvimento em 2 a 4% e reduzindo o número de subnutridos no mundo de 12 a 17%. Por esse ângulo, as mulheres rurais são agentes sociais de extrema relevância à segurança alimentar e nutricional, sobretudo de famílias de agricultores empobrecidos (WB; FAO; IFAD, 2012).

Dessa maneira, não somente as ações dirigidas à redução da pobreza, mas também àquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional realizadas no âmbito da extensão rural, serão muito mais eficazes se desafiarem as relações desiguais de poder entre os gêneros. Isso significa abordar as restrições em torno do acesso das mulheres aos recursos, as responsabilidades e as cargas de trabalho desiguais que perpetuam a pobreza, deixando-as, muitas vezes, exaustas e desnutridas. Significa mudar as atitudes e crenças de todos na

sociedade sobre os papéis de gênero e relações de poder - incluindo, sobretudo, os homens e, também, os meninos (IDS KNOWLEDGE SERVICES, 2012).

Não obstante, segundo o Gfras (2012), o acesso das mulheres a serviços de extensão eficazes, que abordem questões relacionadas ao combate à pobreza e à segurança alimentar e nutricional, aumentando seu conhecimento sobre sistemas agrícolas orientados a melhorias sustentáveis no cultivo de alimentos, também é de suma importância a esses objetivos.

Em concordância, nos últimos anos, também a produção agroecológica, relacionada à erradicação da pobreza e à segurança alimentar e nutricional, tem se consolidado como assunto de interesse das organizações multilaterais no que se refere ao desenvolvimento das áreas rurais, enfatizando a relevância das mulheres nesse contexto. De acordo com a ONU (2010), a elevada diversificação e a reduzida utilização de insumos externos em relação à agricultura favorecem às mulheres rurais, tendo em vista as dificuldades comuns enfrentadas no acesso a determinados serviços. Desse modo, a agroecologia é determinante na segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, consistindo em uma estratégia relevante no combate à pobreza (FAO, 2015).

Não obstante o acesso mais amplo das mulheres rurais no âmbito da agroecologia, os resultados não serão automáticos. Assim, as ações de desenvolvimento envolvendo a agroecologia só chegarão aos resultados imaginados se adotadas medidas direcionadas a este gênero (ONU, 2010). Portanto, o combate à pobreza e a garantia à segurança alimentar e nutricional somente serão alcançados se consideradas, nas ações de desenvolvimento, as relações de gênero em suas mais variadas

dimensões, incluindo as relações com os recursos naturais (WB; FAO; IFAD, 2012).

Para a Oxfam (2013), as ações de extensão e desenvolvimento em áreas rurais devem levar em consideração as políticas gerais, o grau e a natureza da participação das mulheres, as tradições locais, o capital social e as relações domésticas, incluindo a divisão do trabalho relacionada ao gênero. É importante analisar esses fatores sob uma perspectiva de gênero, ao se projetar intervenções.

De acordo com o Ifad (2000), essa análise de gênero permite identificar e analisar, nos contextos rurais, os fatores que limitam ou facilitam a participação igualitária de homens e mulheres no desenvolvimento; quem faz o que no seio das famílias e comunidades; os recursos sobre os quais homens e mulheres têm acesso e controle; e as necessidades e prioridades de ambos os sexos. Juntas, essas variáveis são chamadas de “organização de gênero”, e são particulares ao contexto. Como as relações de gênero são um constructo social, elas podem ser alteradas. Assim, é responsabilidade dos extensionistas rurais, como agentes de desenvolvimento, apoiar a transformação das famílias e comunidades rurais visando construir sociedades mais democráticas e igualitárias. Os programas e projetos são instrumentos para a implementação de políticas públicas e criados para induzir ou reforçar processos de mudança. Embora as sociedades rurais sejam baseadas em tradições e costumes, estes eventualmente mudam com o passar do tempo. O mesmo é verdade para as relações de gênero. Logo, as ações de desenvolvimento rural devem assegurar a integração da perspectiva de gênero em todas as atividades, a fim de contribuir para a criação de uma sociedade mais equitativa.

É importante incorporar a perspectiva de gênero por meio de duas dimensões: a material e a ideológica. No desenvolvimento rural, a

dimensão material refere-se a uma abordagem instrumental, que procura corrigir as iniquidades de gênero, enquanto a ideológica refere-se a uma abordagem transformadora, que tenta solucionar as causas das desigualdades de gênero. Portanto, se os programas e projetos de desenvolvimento contribuem para mudar condições de vida das populações rurais, de modo substancial, eles devem abordar tanto a dimensão material quanto à ideológica (IFAD, 2000).

Procedimentos Metodológicos

Este estudo foi conduzido pelo método de investigação mista, utilizando as abordagens científicas “quantitativa” e “qualitativa”, em uma análise combinada. Em concordância com os intuítos do estudo, a investigação mostrou caráter exploratório, visando mais intimidade e clareza sobre o Projeto Quintais Sustentáveis e sobre seus vínculos (ou não) com as mulheres rurais.

O estudo foi desenvolvido no formato de estudo de caso que, segundo Gil (2011), consiste na combinação de diversas técnicas de coleta de dados, desencadeando a análise de um fenômeno em seu contexto, atentando às suas singularidades. Em termos amostrais, realizou-se um estudo de caso de meio geográfico, selecionado por critérios intencionais referentes à acessibilidade (PIRES, 2010), no município de Manoel Viana, estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Manoel Viana situa-se na mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense e na microrregião Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul. O município exibe uma área de 1.390,7 km² e, conforme o Censo Demográfico de 2010, conta com uma população de 7.074 habitantes. No meio rural, encontram-se 24,2%, isto é, 1.710 habitantes. Desses, 967 são homens (56,5%) e 744 mulheres (43,5%) (IBGE, 2010). Além disso,

os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram a predominância de estabelecimentos rurais masculinos no município. Dos 453 estabelecimentos, somente 10,3% são conduzidos por mulheres (IBGE, 2006). As principais atividades desenvolvidas no município são a sojicultura e a rizicultura (IBGE, 2006), que em 2014 representaram áreas de 30.000 e 3.064 hectares, respectivamente. Do mesmo modo, a bovinocultura constitui outra importante atividade, contando com um rebanho de 99.719 cabeças no mesmo ano (IBGE, 2014a; 2014b).

Em termos de Reforma Agrária, existem dois assentamentos no município: Santa Mercedes e Santa Maria do Ibicuí. Destes, somente no último foi desenvolvido o Projeto Quintais Sustentáveis. Logo, o estudo de caso foi realizado nesse assentamento. Das 226 famílias assentadas no Santa Maria do Ibicuí, aproximadamente 25% receberam os kits agroecológicos do Projeto.

Para o estudo de caso, as técnicas de coleta de dados foram documentos, entrevistas, formulários e observações. Os documentos foram utilizados com o objetivo de analisar o Projeto Quintais Sustentáveis em termos teóricos, e constavam de relatórios e estatísticas oficiais do Projeto obtidos com instituições vinculadas a ele, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SDR/RS), o Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental (Ates), entre outros.

As entrevistas de roteiro semiestruturado foram realizadas com informantes-chave do estudo, visando obter uma visão mais generalizada do Projeto Quintais Sustentáveis. Assim, foram entrevistados: 1 funcionário da SDR/RS, encarregado do Projeto Quintais Sustentáveis; 1 colaborador da Ates incumbido dos

assentamentos de Reforma Agrária de Manoel Viana; e 1 extensionista da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/Ascar-RS) vinculado à Ates no assentamento Santa Maria do Ibicuí e seus Quintais Sustentáveis.

Já os formulários, com perguntas abertas e fechadas, foram utilizados em 7 estabelecimentos rurais visitados, envolvidos no Projeto, com acompanhamento da extensionista da Emater/Ascar-RS entrevistada. Tendo em vista o intuito maior deste estudo, esses formulários foram direcionados às mulheres, quando isso se mostrou possível. A caracterização dos casais à frente dos estabelecimentos rurais envolvidos no estudo encontra-se resumida no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos casais à frente dos estabelecimentos rurais envolvidos no estudo no assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana, RS

Estabelecimento	Entrevistado	Idade (anos)	Escolaridade	Tempo Assent. (anos)	Área (ha)
A	Mulher	41	Analfabeta	6	26
B	Mulher	55	Analfabeta	16	26
	Homem	58	E. F. Inc.*	16	26
C	Homem	40	Analfabeto	8	26
D	Homem	55	E. F. Inc.*	16	26
E	Mulher	32	E. F. Inc.*	16	26
F	Mulher	52	E. F. Inc.*	16	26
	Homem	47	E. F. Inc.*	16	26
G	Mulher	32	E. F. Inc.*	16	26

* Ensino Fundamental Incompleto.

Fonte: Elaboração das autoras.

Durante as visitas, também foram realizadas observações assistemáticas, focadas nas características dos estabelecimentos rurais, na situação dos kits agroecológicos dos Quintais Sustentáveis e nas dinâmicas familiares.

As informações quantitativas foram abordadas mediante estatística descritiva, utilizada no resumo dos dados coletados e na análise de suas variações, organizando-os por meio de medidas descritivas (AGRESTI; FINLAY, 2012). Já as informações qualitativas foram tratadas conforme a metodologia de análise de conteúdo, que consiste na organização e sistematização das informações por concomitante descrição, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

3. Quintais Sustentáveis: superação da pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica nos assentamentos rurais gaúchos

No ano de 2011, diante das estatísticas alarmantes sobre a pobreza no Brasil veiculadas no Censo de 2010, o MDS estabeleceu a ambiciosa meta de solucionar esse cenário extremo pelo então intitulado Plano Brasil Sem Miséria. Considerando a pobreza como um fenômeno com inúmeras dimensões, o Plano envolveu estratégias variadas, centradas em diversas vulnerabilidades. Assim, a manifestação da pobreza não foi analisada apenas por meio da insuficiência de renda, mas também da insegurança alimentar, do escasso acesso à educação, saúde, energia elétrica, água, moradia e da intrincada inserção no mundo do trabalho, entre outras (MDS, 2014).

Perante esses desafios, o Plano foi estruturado em torno de três eixos: garantia de renda (para alívio imediato da situação de pobreza), inclusão produtiva (para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade) e acesso a serviços (para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias) (MDS, 2014).

Com relação às áreas rurais e suas singularidades, as ações mais relevantes e direcionadas do Brasil Sem Miséria ocorreram por intermédio da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), e foram situadas no eixo de inclusão produtiva. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a distribuição da extrema pobreza entre as áreas rurais e urbanas indicava valores próximos: 47% no rural e 53% no urbano. Entretanto, em relação à incidência da pobreza, a situação das áreas rurais chamava a atenção: 1 em cada 4 famílias do meio rural estava em situação de extrema pobreza (IBGE, 2010). Assim, enquanto 5% da população urbana era caracterizada como extremamente pobre, 25% da população rural encontrava-se nesta situação, isto é, com renda mensal familiar inferior a R\$ 77,00 por pessoa.

Não obstante, o diagnóstico da situação nas áreas rurais mostrava famílias vivendo em condições de insegurança alimentar, em razão da confluência de vários fatores, como a escassez de infraestrutura necessária à agricultura. Assim, as atividades eram restritas e a comercialização dos excedentes também. Nesse sentido, a erradicação da pobreza nas áreas rurais envolvia transformações de cunho qualitativo e quantitativo na agricultura, melhorando, inicialmente, a alimentação das famílias e, também, facilitando o acesso aos canais de comercialização como forma de geração de renda (MDS, 2014). Em virtude disso, foi estabelecida uma “rota de inclusão produtiva” voltada às famílias rurais, com o intuito de funcionar como uma esteira, na qual os agricultores seriam alvo de diferentes ações.

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com a meta de atender 253 mil famílias de agricultura familiar, dentre elas, 50 mil deveriam ser de assentados da Reforma Agrária. Nessas, além de enfatizar a inclusão social por meio da integração ao Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal - favorecendo o acesso ao Bolsa

Família, Brasil Sorridente, Brasil Carinhoso, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida -, o Plano focou também na inclusão produtiva através do Fomento às Atividades Produtivas Rurais, conforme instituiu o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 (BRASIL, 2011).

Todavia, o Fomento às Atividades Produtivas Rurais não foi executado nos assentamentos do Rio Grande do Sul, pois nesse estado foi formalizado, de maneira singular, um convênio entre Governo Federal e governo estadual, pela transferência de recursos financeiros (aproximadamente R\$ 16 milhões) do Programa Brasil Sem Miséria do MDS à SDR/RS. Esse convênio estabilizou-se em torno do “Projeto Quintais Sustentáveis: apoio para a estruturação e produção sustentável de alimentos”, com características afins à estratégia de Fomento às Atividades Produtivas Rurais realizada nos outros estados.

Conforme a SDR/RS (2012), o Projeto Quintais Sustentáveis começou a ser desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul ainda em dezembro de 2012. A sua elaboração foi resultado de um esforço conjunto envolvendo diversos agentes sociais, como a SDR/RS, além das várias entidades atuantes na reforma agrária dentro do contexto institucional do estado, isto é, as prestadoras dos serviços do Programa de Assistência Técnica Social e Ambiental (Ates) nos assentamentos. Atualmente, os serviços da Ates estão vinculados à Emater/RS-Ascar, à Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec), ao Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (Cetap) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Não obstante, ainda existem contribuições da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Coceargs). Desse modo, a construção do Projeto Quintais Sustentáveis se desenvolveu de forma coletiva, em que todas as organizações envolvidas contribuíram na formatação final do Projeto.

Insta, ainda, observar que o Projeto Quintais Sustentáveis foi concebido sob a influência de dois outros projetos previamente elaborados pela equipe do Cetap, com o intuito de incentivar e apoiar a produção agroecológica. Em conformidade com os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, o Projeto Quintais Sustentáveis foi elaborado com o intuito de:

reduzir a pobreza rural, abrindo caminhos para a inclusão social e produtiva de famílias assentadas em **situação de pobreza e insegurança alimentar**, através da implementação de **ações de apoio para a produção sustentável de alimentos** com a **utilização de tecnologias e insumos agroecológicos**, buscando a **segurança alimentar e nutricional das famílias** beneficiadas, e a **geração de renda** para as mesmas (SDR/RS, 2012, p. 12, grifos nossos).

Metodologicamente, o Projeto Quintais Sustentáveis foi efetivado nas regiões Central, Fronteira Oeste, Metropolitana, Noroeste Colonial, Norte e Sul do estado, onde existem 343 assentamentos, organizados em 20 núcleos operacionais. Com base nas informações do Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates (Sigra), as quais mostram dados detalhados de todos os assentamentos, foram identificadas as famílias em situação de miséria a serem incluídas no Projeto Quintais Sustentáveis. Os critérios utilizados nessa seleção foram: registro no Cadastro Único, recebimento do Bolsa Família, inexistência de cultivos destinados ao autoconsumo e exclusão de organizações rurais, como associações, sindicatos, cooperativas etc. (SDR/RS, 2012).

Levando em consideração esses critérios, das mais de 13 mil famílias assentadas no Rio Grande do Sul, 2.322 foram selecionadas e incluídas no Projeto Quintais Sustentáveis, totalizando 10.124 beneficiários, entre idosos, adultos, jovens e crianças, do sexo masculino e feminino. Selecionadas as famílias, foram realizadas reuniões com elas, visando sensibilizá-las e mobilizá-las. Posteriormente, foram

obtidos e distribuídos os kits agroecológicos entre as famílias selecionadas (SDR/RS, 2012).

Assim, do total de famílias preliminarmente selecionadas, aproximadamente 80% concordaram em participar do projeto. Os beneficiários aderiram a um termo de compromisso, por meio do qual se comprometeram a participar de reuniões, oficinas, cursos e palestras acerca do projeto, assim como implementar os kits agroecológicos, destinando os produtos recebidos de forma adequada e garantindo sua manutenção. Ademais, os participantes responsabilizaram-se pela comercialização do excedente da produção nos programas institucionais de aquisição de alimentos, quais sejam: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ou mesmo em iniciativas locais e regionais de comercialização, tais como feiras municipais de comercialização de alimentos orgânicos (SDR/RS, 2012).

Os kits agroecológicos foram concebidos e dimensionados com a finalidade de estabelecer 2 hectares de sistemas de cultivos alimentares diversos na área de cada família de assentados. A ideia do kit é utilizar somente insumos e técnicas agroecológicas, garantindo alimentos saudáveis e nutritivos, ofertados regularmente durante todo o ano. Cada kit agroecológico contou com itens de irrigação (aspersores, canos e afins); infraestrutura produtiva (telas, carrinho de mão, sombrite, ferramentas, entre outros); conservação do solo (fertilizantes e corretivo); mudas (frutíferas e florestais) e sementes (forrageiras) (SDR/RS, 2012).

Não obstante, entregues os kits agroecológicos, o Projeto Quintais Sustentáveis também anteviu o treinamento das famílias assentadas, através de diversas atividades coletivas e individuais, como oficinas de conservação de solos, mutirões de estruturação dos cultivos

agroecológicos, cursos sobre cultivos de autoconsumo, visitas técnicas etc., até o final do ano de 2015 (SDR/RS, 2012).

Para as famílias envolvidas, o “Quintais Sustentáveis” mostra-se relevante no rompimento da condição de isolamento delas, favorecendo sua inserção em diversas ações. Até então, essas famílias com mais vulnerabilidade social não estavam sendo devidamente atendidas. Assim, acredita-se na relevância do Projeto Quintais Sustentáveis como uma “alavanca” de inserção dessas famílias na rota de inclusão produtiva rural, aproximando-as dos extensionistas vinculados à Ates e favorecendo, então, a materialização de intervenções futuras (SDR/RS, 2012).

Diante o exposto, nota-se que o Projeto Quintais Sustentáveis estruturou-se sobre três eixos: 1) erradicação da pobreza; 2) segurança alimentar e nutricional; e 3) produção agroecológica. Esses eixos estão interconectados e conferem as singularidades da ação de desenvolvimento rural concernente a este Projeto. Em síntese, a concretização do eixo produção agroecológica favorece a consolidação do eixo segurança alimentar e nutricional e este, por sua vez, leva à materialização da erradicação da pobreza. Embora o eixo produção agroecológica seja o alicerce dos Quintais Sustentáveis, é o menos evidenciado e esmiuçado nos documentos do Projeto. A maior atenção concentra-se sobre o eixo erradicação da pobreza, consistente em seu arremate maior. Essas singularidades encontram-se ilustradas na Figura 1.

Figura 1 – Eixos estruturantes do Projeto Quintais Sustentáveis e suas interconexões



Fonte: Elaboração das autoras.

Curiosamente, embora se sustente sobre os eixos erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica, o tema igualdade de gênero não foi antevisto no Projeto Quintais Sustentáveis. Considerando a realidade dos estudos internacionais de caráter institucional sobre a extensão e o desenvolvimento em áreas rurais, isso é, no mínimo, incoerente.

4. As Mulheres Rurais e os Quintais Sustentáveis: controvérsias entre produção e reprodução

O Projeto Quintais Sustentáveis encontrou uma série de embaraços no desenvolvimento de seus eixos estruturantes, concernentes à produção agroecológica, segurança alimentar e nutricional e erradicação da pobreza, tornando necessários esclarecimentos referentes às contendas entre o Projeto “imaginado” e o Projeto “realizado”.

No que diz respeito ao eixo produção agroecológica, os transtornos envolveram os kits agroecológicos, considerados como

matriz do Projeto Quintais Sustentáveis. Inicialmente, ocorreu um sério atraso na entrega desses kits. De acordo com o idealizado, eles deveriam ter sido distribuídos em junho, julho e agosto, mas isso só ocorreu em novembro e dezembro de 2014. Em função desse retardamento, o item “mudas” sofreu avarias. Assim, várias mudas florestais e frutíferas, tais como a acácia negra, amoreira preta, figueira, goiabeira, laranjeira, limoeiro, pessegueiro, romãzeira, tangerineira e videira, alcançaram as áreas reformadas em momento inconveniente ao plantio. Ainda no tocante ao item mudas, os assentados ressaltaram o vigor reduzido delas, afetando negativamente sua sobrevivência. Essas circunstâncias acarretaram um índice de desenvolvimento ruim a essas mudas, considerando sua resistência insuficiente às adversidades climáticas. Não obstante, muitas mudas anunciadas não foram inclusas em todos os kits.

Esses vieses encontram-se evidenciados nos relatos de vários agricultores e agricultoras:

As mudas vieram fora de época pra nós. E ainda vieram só metade das mudas, parte ainda morreu. Eram pra ser 90 mudas de frutas, mas a gente só recebeu 42. Umas ainda morreram. Ficaram umas 35 só (AGRICULTOR F).

A gente ficou sabendo que os kits tinham chegado só 4 dias depois. O pessoal já tinha até plantado as mudas. A gente ficou com o que sobrou. Aí no nosso kit faltou um monte de coisa (AGRICULTORA F).

As mudas dos Quintais pegaram 30% porque vieram fora do padrão e não tiveram época pra chegar... O bom foram as mangueiras, as bombas [materiais de irrigação]... (AGRICULTOR C).

Em virtude disso, o Projeto Quintais Sustentáveis, que vaticinava a estruturação de 2 hectares com cultivos alimentares diversos, acabou viabilizando, em média, somente 0,5 hectare em cada estabelecimento.

Como se não bastasse, em virtude das características econômicas das licitações, pelas quais os kits agroecológicos foram constituídos, os itens “irrigação” e “infraestrutura”, incluídos neles eram defectivos. Durante as visitas realizadas aos estabelecimentos rurais, observaram-se casos de sistemas de irrigação em vias de inutilização, em virtude das más condições de seus componentes. Ainda, em razão do atraso na entrega dos kits agroecológicos, as atividades de treinamento das famílias também foram atingidas. Durante uma das visitas realizadas, observou-se a extensionista ensinando um assentado a instalar o sistema de irrigação via aspersão, que até então se encontrava encaixotado, pois o agricultor não sabia como utilizá-lo. Em outro caso, o sistema de irrigação não foi instalado por causa da falta de água no estabelecimento, mostrando como o Projeto Quintais Sustentáveis não considerou as singularidades das realidades vivenciadas pelas famílias rurais atendidas.

Além disso, nem todos os estabelecimentos estudados seguiram os princípios agroecológicos em seus Quintais. No estabelecimento rural B, era feito uso de agrotóxicos, e no estabelecimento rural G, de fertilizantes sintéticos. E não apenas isso, de acordo com os relatos da extensionista da Emater/Ascar-RS entrevistada, outros estabelecimentos rurais estudados também faziam uso de insumos externos contrários à agroecologia, mas não haviam informado nos formulários.

Todos esses embaraços no eixo produção agroecológica afetaram negativamente o eixo segurança alimentar e nutricional, restringindo os alimentos produzidos em termos de qualidade e quantidade. Ainda assim, muitas das famílias assentadas favorecidas com o Projeto Quintais Sustentáveis vislumbraram melhorias nessa esfera, como mostraram os relatos: *“Acho que vai melhorar bastante nossa*

alimentação. Eu ainda não consegui produzir porque o pomar ainda vai dar resultado, mas já tá melhorando” (Agricultor B); *“O Projeto foi bom porque sobrou mais pra alimentação do dia a dia”* (Agricultor D).

Entretanto, vale ressaltar que embora o Projeto tenha antevisto a distribuição dos kits agroecológicos entre famílias para as quais os cultivos destinados ao autoconsumo eram inexistentes, em 100% dos estabelecimentos rurais estudados (sete estabelecimentos) as famílias favorecidas contavam anteriormente com horta e/ou pomar, como ilustra o relato abaixo.

O kit ajudou um pouco, porque já vinha trabalhando nesse foco. Deu um pouco mais de lucro, mas não mudou muita coisa. [...] Não mudou muito na propriedade porque já trabalhava com isso. A ideia é melhorar cada vez mais. Quando recebi o kit tinha horta (morango), mas não tava como tá: foi uma emenda a mais (AGRICULTOR C).

Assim, a segurança alimentar e nutricional defendida nos relatos dos assentados não foi resultado exclusivo do Projeto Quintais Sustentáveis, remetendo também a hortas e/ou pomares desenvolvidos anteriormente, por meio de outros projetos ou iniciativa própria das famílias. Esse foi o caso de inúmeros outros cultivos alimentares encontrados nos estabelecimentos rurais estudados, não inclusos nos kits agroecológicos, como o das mudas de olerícolas. Embora previstas, elas não foram entregues aos assentados. Nessa realidade, o Projeto contribuiu no sentido de melhorias, permitindo, por exemplo, o cercamento, a irrigação e o sombreamento das hortas.

O eixo erradicação da pobreza, por sua vez, sofreu consequências dos eixos produção agroecológica e segurança alimentar e nutricional. Os embaraços nos eixos anteriores tornaram o Projeto Quintais Sustentáveis pouco efetivo nesse sentido. Embora a erradicação da pobreza tenha sido eficiente ao acarretar melhorias sobre a alimentação

das famílias estudadas, em termos de renda, não foram constatados resultados. Infelizmente, o Projeto Quintais Sustentáveis, no momento da realização do estudo, ainda não estava viabilizando significativamente excedentes à comercialização, se restringido ao autoconsumo. Embora o Projeto tivesse centralidade no âmbito econômico dos estabelecimentos rurais estudados, ainda não estava trazendo o retorno financeiro idealizado. Desse modo, as famílias ainda vivenciavam sérias situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação às mulheres rurais, o Quadro 2 sintetiza sua inserção nos mais variados âmbitos de atividades dos estabelecimentos e fundamenta a análise de seus vínculos com o Projeto Quintais Sustentáveis.

Quadro 2 – Participação das mulheres rurais nas atividades dos estabelecimentos do assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana, RS

Estabelecimento	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS				
	Quintais Sustentáveis	Atividades Rurais	Atividades Domésticas	Atividades Externas	Gestão Econômica
A	P	P	P	X	P
B	X	X	P	X	C
C	X	X	P	P	X
D	C	C	P	X	C
E	C	C	P	X	C
F	P	C	P	X	C
G	C	C	P	X	X

LEGENDA:

P – Protagonista

C – Coadjuvante

X – Sem Atuação

Fonte: Elaboração das autoras.

Inicialmente, o Quadro 2 chama a atenção ao evidenciar o protagonismo das mulheres rurais nas atividades domésticas em 100% dos casos analisados (sete estabelecimentos). De acordo com Bourdieu (2005), a divisão social do trabalho consiste na mais autêntica instância

de violência simbólica contra as mulheres. Essa violência remete à chamada “dominação masculina”, sustentada em características biológicas, sobretudo sexuais, em que as mulheres são consideradas submissas aos homens, e é exercida por meio da comunicação e do conhecimento, sendo as relações entre “os” dominantes e “as” dominadas consideradas socialmente naturais e inteiramente aceitáveis.

Nos contextos rurais, isso costuma ser observado com mais naturalidade ainda, em virtude da constante construção da violência simbólica relativa às mulheres, desde a socialização das crianças, nas atividades dos estabelecimentos rurais. Assim, os estabelecimentos são divididos em dois ambientes simbolicamente diferenciados: o âmbito de “produção” e o âmbito de “reprodução” (WOORTMANN, 1995). O âmbito de reprodução consiste em uma esfera secundária de atividades referente à casa e aos seus arredores (ou seja, o quintal), restando ao âmbito de produção às demais atividades, consideradas de esfera primária, normalmente vinculadas aos cultivos vegetais e às criações animais de “verdadeiro” interesse econômico (BRANDÃO, 1990). Isso elucida a hegemonia feminina nas atividades domésticas, corroborada nos relatos coletados: *As atividades domésticas são com a mulherada! Eu e a filha que fazemos tudo* (Agricultora B); *Quem faz as atividades domésticas sou eu, né. Não tem mais ninguém pra fazer isso* (Agricultora F).

De certa maneira, isso também elucida a não atuação ou a atuação coadjuvante das mulheres nas atividades rurais. De acordo com o Quadro 2, 85,7% dos casos analisados encaixaram-se nessas categorias (seis estabelecimentos). Para Deere e Léon (2002), essa marginalização das mulheres nas atividades rurais se deve ao não reconhecimento das atividades femininas, invisibilizando as mulheres como agricultoras.

Em muitos casos, essa invisibilidade leva ao reconhecimento das mulheres rurais somente como donas de casa.

Conforme Paulilo (1987), no âmbito das atividades rurais - isto é, no âmbito produtivo das atividades de esfera primária -, as mulheres são vistas somente como auxiliares, encarregadas da execução de serviços considerados “leves”. Contudo, “o ‘trabalho leve’ não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço; pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde - mas é leve se pode ser realizado por mulheres” (PAULILO, 1987, s./p.). Logo, a categoria trabalho leve é socialmente construída segundo o sexo do trabalhador, não se fundamentando em suas características, mas na dicotomia hierárquica de seus realizadores no âmago familiar. Diante disso, todo o trabalho masculino será considerado “trabalho pesado” e todo o trabalho feminino será considerado “trabalho leve”, ainda que demandando o mesmo número de horas e o mesmo esforço físico (PAULILO, 1987). Assim, certamente, a atuação feminina nas atividades rurais é mais intensa do que indicam os dados do Quadro 2 e como deixam a entender os relatos: *A minha esposa ajuda nos Quintais. Ela faz quase a mesma coisa que eu faço, só não vira canteiro... Mas o resto, mudar, colocar adubo, tudo ela ajuda* (Agricultor C).

Com relação à atuação das mulheres rurais nos Quintais Sustentáveis, somente em 28,6% dos casos (dois estabelecimentos rurais) elas foram identificadas como as encarregadas da execução do Projeto nos estabelecimentos, como evidencia o Quadro 2. É interessante constatar que, no caso do estabelecimento rural A, isso aconteceu em virtude da inserção do marido em uma atividade externa e da debilidade de sua saúde, ficando a mulher à frente de todas as atividades concernentes ao estabelecimento.

O meu marido trabalha de cobrador no ônibus, três vezes por semana. Só que ele é doente. Tá com um problema de depressão profunda e toma remédio forte. Ele não consegue administrar aqui. Quem faz tudo sou eu. Às vezes, ele fica dois dias dormindo direto. Eu sim, sei que tenho que fazer uma cerca bem feita: palanque, buraco, furadeira... Eu sei tudo que tem que fazer aqui (AGRICULTORA A).

Já no caso do estabelecimento rural F, ambos eram agricultores, mas a mulher cuidava dos Quintais, como mostraram os relatos:

Se as perguntas são sobre os Quintais, tem que falar com a mulher. Quem trabalha mais nisso é ela (AGRICULTOR F). Nos Quintais trabalho mais eu do que ele. Quando precisa, ele ajuda a puxar esterco, a fazer a armação. Virar canteiro ele não ajuda, por causa da coluna dele (AGRICULTORA F).

Essas informações encontram-se sintetizadas no Quadro 3.

Desse modo, o Quadro 3 auxilia a mostrar como os maridos, com exceção do estabelecimento rural A, mesmo estando inseridos em atividades externas, ainda eram colocados à frente das atividades rurais e, até mesmo, do Projeto Quintais Sustentáveis.

Quadro 3 – Inserções trabalhistas internas e externas conforme o sexo nos estabelecimentos rurais estudados do assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana, RS

Estabelecimento	Homens		Mulheres	
	Ocupação	Idade (anos)	Ocupação	Idade (anos)
A	Cobrador de ônibus	51	Agricultora	41
B	Agricultor	58	Agricultora	55
C	Agricultor e Pedreiro	40	Agricultora e Faxineira	52
D	Agricultor	55	Agricultora	53
E	Agricultor e Cooperativa	40	Agricultora	32
F	Agricultor	52	Agricultora	47
G	Agricultor e Freteiro	39	Agricultora	32

Fonte: Elaboração das autoras.

Considerando os escritos científicos relacionados, em todos os casos as mulheres deveriam tomar conta dos Quintais, tendo em vista sua inclusão na esfera de atividades secundárias integrantes do âmbito de reprodução. Nos termos de Menasche (2004), os arredores da casa (isto é, os quintais) constituem, essencialmente, espaços femininos. Todavia, na realidade analisada isso não aconteceu, como evidenciaram as entrevistas: *As meninas vieram fazer umas perguntas sobre os Quintais...* (Extensionista). *Ah, vai ali falar com ele, porque quem mais trabalha é ele do que eu* (Agricultora B). *Mas ela me ajuda em tudo* (Agricultor B).

Na situação analisada, o afastamento das mulheres rurais dos Quintais Sustentáveis parece estar vinculado com a centralidade deles nos estabelecimentos estudados. De certa maneira, o Projeto Quintais Sustentáveis incentivou a “mercantilização” do ambiente reprodutivo sem o devido direcionamento às mulheres rurais, avalizando o avanço masculino sobre essas atividades, mesmo diante de todas as suas limitações. Para Magalhães (2009), conforme certas atividades crescem em relevância econômica, costumam evadir-se do domínio feminino, tornando-se tarefas masculinas, deixando de ser somente destinadas à subsistência.

Em resumo, o Projeto Quintais Sustentáveis encontra-se indefinidamente entre o âmbito produtivo das atividades de esfera primária delegadas aos homens e o âmbito reprodutivo das atividades de esfera secundária confiadas às mulheres. Essa indefinição não tem favorecido a inserção das mulheres rurais no Projeto.

Não obstante, os Quadros 2 e 3 evidenciam a inserção das mulheres em atividades externas em 14,3% dos casos estudados (um estabelecimento). Nesse estabelecimento, a mulher trabalhava como faxineira, com o intuito de aumentar a renda da família.

Diante do exposto, o Quadro 2 também salienta o excesso de atividades concernentes às mulheres rurais. De acordo com Deere e León (2002), elas vivenciam jornadas de trabalho extensas, duas ou três vezes maiores se contrastadas com as jornadas de trabalho dos homens rurais. Isso acontece em razão da inserção das mulheres no âmbito produtivo, no âmbito reprodutivo e até mesmo no âmbito externo ao estabelecimento rural, resultando em uma “sobrecarga” de trabalho, normalmente menosprezada pela sociedade como um todo (SILVA; VALENTE, 2013). Esse viés foi evidenciado no relato das mulheres entrevistadas:

Eu me envolvo em todas as atividades: na casa, na lavoura, no leite... Faço de tudo um pouco (AGRICULTORA E).

Olha, se eu puder e se me deixarem, eu acabo fazendo todo o serviço. Qualquer serviço, eu faço. Tô sempre ajudando em alguma coisa (AGRICULTORA G).

O Quadro 2 traz à tona, ainda, a situação das mulheres rurais em relação à gestão econômica dos estabelecimentos. Somente em 14,3% dos casos (um estabelecimento) as mulheres rurais foram consideradas protagonistas na gestão econômica. Todavia, também em 28,6% dos casos (dois estabelecimentos) elas eram excluídas dessa atividade. Nos 57,1% casos restantes (quatro estabelecimentos), as mulheres rurais auxiliavam os homens nessa tarefa. Isso corrobora a informação já constatada no estudo de Brumer (2004): as mulheres raramente administram os recursos econômicos nos estabelecimentos rurais.

Assim, muito embora as mulheres tenham atuação na maioria das atividades realizadas nos estabelecimentos rurais, e até mesmo fora deles, elas não costumam estar inseridas na administração dos recursos econômicos. Elas não têm voz ativa nas tomadas de decisão sobre o direcionamento dos recursos nem costumam ter retorno econômico do

seu intenso trabalho nos variados âmbitos (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2010). Logo, as tomadas de decisão, na maioria das vezes, competem exclusivamente aos homens. As mulheres, nesse sentido, conservam-se anônimas (SILVA; VALENTE, 2013; SCHMITZ; SANTOS, 2013). Além disso, mesmo quando as mulheres obtêm retorno econômico de seu trabalho, este é incluído na renda familiar, e seu direcionamento é realizado sem a sua participação direta (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Isso revela uma assimetria de poder entre homens e mulheres nos contextos rurais, intrinsecamente relacionada ao gênero. Normalmente, as mulheres rurais encontram-se economicamente “tuteladas” pelos homens. Esse viés encontra-se nos relatos:

A gestão do dinheiro cada um cuida um pouco. A gente combina como vai gastar (AGRICULTOR B).
É decisão da família (AGRICULTORA B).
Aqui faz os dois, meio em conjunto. Decide que precisa comprar isso, precisa comprar aquilo, e eu vou lá e compro (Agricultor F).
A gestão do dinheiro é com ele. Porque fazer rancho e essas coisas é ele quem vai, né. Eu acabo sempre ficando em casa, por causa das crianças (AGRICULTORA G).

Além de tudo o que já foi exposto, no assentamento Santa Maria do Ibicuí, chama a atenção o elevado índice de ocorrência de Transtorno Depressivo Maior (TDM) entre as mulheres rurais. O número de mulheres do assentamento tratadas com medicamentos antidepressivos é considerado “absurdo” pelos médicos de Manoel Viana. A crise socioeconômica no assentamento vem colaborando com essa ocorrência, como elucidou uma agricultora favorecida com o Projeto Quintais Sustentáveis e diagnosticada com TDM:

É absurdo o número de gente que tá depressiva dentro desse assentamento. Por causa da crise financeira. Existe separação, o pessoal vai embora e os lotes vão ficando. Aquela coisa toda. Eu ainda sou uma das poucas que estou resistindo. E vou resistir até o fim (AGRICULTORA A).

Todavia, esse índice não estaria vinculado, também, com a situação de “tutela” das mulheres rurais no assentamento? Para Heredia e Cintrão (2006), as mulheres rurais são mais afetadas nos cenários de crise, tendo em vista não apenas a vulnerabilidade socioeconômica, mas a desigualdade de gênero, considerada prejudicial à saúde, sobretudo à saúde mental. Em estudo realizado em assentamento situado no estado do Rio Grande do Norte, 43,6% das mulheres rurais mostraram sintomas de transtornos mentais comuns (COSTA et al., 2014).

Em síntese, os dados sobre a atuação das mulheres rurais analisados corroboram um distanciamento delas em relação ao Projeto Quintais Sustentáveis, como já mencionado na seção anterior. Não obstante, a desigualdade de gênero tem efeitos negativos sobre ações de extensão e desenvolvimento voltadas a áreas rurais. De certa maneira, até mesmo as organizações envolvidas com o Projeto Quintais Sustentáveis admitiram sua insuficiência à produção agroecológica, à segurança alimentar e nutricional e à erradicação da pobreza, em virtude da omissão do tema igualdade de gênero, como relatou o funcionário da SDR/RS encarregado do Projeto em sua entrevista.

Certamente é importante abordar as questões de igualdade de gênero. Essa não foi deixada de lado na construção e execução do Projeto, mas foi considerada somente na medida do possível, tendo sempre a família como unidade de trabalho. [...] Há um consenso entre as entidades envolvidas na execução do Projeto de que a mulher pode ser protagonista e a chave para que o mesmo dê certo (FUNCIONÁRIO DA SDR/RS, ENCARREGADO DO PROJETO QUINTAIS SUSTENTÁVEIS).

A insuficiência do Quintais Sustentáveis em termos de igualdade de gênero também ficou evidente com a criação do Crédito Fomento Mulher, pelo Decreto nº 8.256, de 26 de maio de 2014, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Incra, a Ates, a

Emater/Ascar-RS, o Cetap, a Coptec, entre outros. Este consiste em um crédito de instalação à reforma agrária, com o intuito de implementar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3.000,00 (BRASIL, 2014).

As semelhanças entre este e o Projeto Quintais Sustentáveis são enormes. Considerando seus ideários, ambos se diferenciam somente em virtude do acréscimo do tema igualdade de gênero no Crédito Fomento Mulher, afinal, ele também tem sido direcionado à construção de Quintais. Inclusive, a cartilha dessa iniciativa é intitulada “Fomento Mulher e Quintais Produtivos: uma estratégia de construção de autonomia das mulheres rurais” (INCRA; MDA; BRASIL, 2014).

As metas do Crédito Fomento Mulher são convergentes com as do Projeto Quintais Sustentáveis, estando atreladas com as esferas de produção agroecológica, segurança alimentar e nutricional e erradicação da pobreza, como fica evidente na cartilha da iniciativa: “*As mulheres [...] podem usar o fomento para a implantação de quintais produtivos e com isso garantir alimentação saudável, mais qualidade de vida para sua família e gerar renda*” (INCRA; MDA; BRASIL, 2014, p. 4). As semelhanças não se resumem apenas a isso. A cartilha do Crédito Fomento Mulher também traz sugestões de materiais a serem utilizados na criação dos Quintais, sendo esses muito similares aos recebidos nos kits agroecológicos do Projeto Quintais Sustentáveis (INCRA; MDA; BRASIL, 2014).

Diferente do Projeto Quintais Sustentáveis, no Crédito Fomento Mulher a igualdade de gênero consta como eixo estruturante dessa ação, vindo antes da produção agroecológica, da segurança alimentar e nutricional e da erradicação da pobreza e sendo considerado o mais relevante de todos os eixos (Figura 2).

Figura 2 – Eixos estruturantes do Crédito Fomento Mulher e suas interconexões



Fonte: Elaboração das autoras.

Dentre os estabelecimentos rurais estudados e favorecidos com o Projeto Quintais Sustentáveis, apenas a Agricultora G havia sido selecionada e receberia também o Crédito Fomento Mulher, corroborando a escassa contribuição do Quintais Sustentáveis sobre a igualdade de gênero.

5. Considerações Finais

O Projeto Quintais Sustentáveis se mostrou uma interessante ação de extensão voltada ao desenvolvimento das áreas rurais reformadas, considerando sua intenção de envolver as temáticas de erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica de maneira articulada.

Todavia, constatou-se um distanciamento entre o Projeto idealizado (isto é, o mostrado nos documentos) e o Projeto realizado (ou seja, o mostrado no estudo de caso). Os embaraços no desenvolvimento

do Projeto Quintais Sustentáveis causaram avarias ao estabelecimento de seus eixos sustentadores, refreando a sua atuação como uma alavanca à inserção efetiva das famílias na rota de inclusão produtiva rural.

Não obstante, ao contrário do defendido nos documentos das organizações multilaterais de extensão e de desenvolvimento voltadas às áreas rurais, o Projeto Quintais Sustentáveis não levou em consideração a chamada “organização de gênero”, sendo esta considerada relevante em termos de erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica. Caso tivesse atentado para a inserção de homens e mulheres rurais no trabalho relativo aos Quintais, as mulheres teriam sido inclusas no Projeto com ênfase. Nesse sentido, o Projeto Quintais Sustentáveis não conseguiu tratar de gênero nem por meio de uma abordagem instrumental (com o intuito de findar com as desigualdades existentes), em nível material; muito menos por meio de uma abordagem transformadora (com a finalidade de transformar as causas geradoras dessas desigualdades), em nível ideológico.

Possivelmente, o insucesso do Projeto Quintais Sustentáveis em termos de igualdade de gênero relacione-se com a “mercantilização” desses ambientes sem o devido direcionamento às mulheres. Os dados indicam que no caso do Projeto Quintais Sustentáveis o tema gênero acabou diluído no tema Família. Em virtude disso, a inexistência de um direcionamento do Projeto às mulheres rurais comprometeu negativamente o alcance de suas metas, consistindo em uma contribuição rasa ao desenvolvimento da área rural em questão em termos de desenvolvimento.

Em ações de extensão direcionadas ao desenvolvimento de áreas rurais por meio da ênfase em temáticas de erradicação de pobreza,

segurança alimentar e nutricional e produção agroecológica, como o Projeto Quintais Sustentáveis, o tema igualdade de gênero deve integrar seus eixos estruturantes como condição *sine qua non* ao seu sucesso. Nesse sentido, o potencial do Projeto Quintais Sustentáveis não foi devidamente usufruído. Ainda assim, admitimos e reiteramos a relevância dessa iniciativa como uma tentativa de melhorias das condições de vida nas áreas rurais reformadas, considerando a sua vinculação com a política pública do Brasil Sem Miséria.

Tendo consciência do caráter exploratório e da abrangência limitada do estudo, recomenda-se a realização de novas investigações nesse sentido, com o objetivo de esmiuçar as relações “estabelecidas ou não” entre as ações de extensão e desenvolvimento voltadas às áreas rurais e a temática de gênero, sobretudo se tratando do Projeto Quintais Sustentáveis e das mulheres rurais.

Referências Bibliográficas

AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as Ciências Sociais**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BANCO MUNDIAL - WB. **A questão de gênero no Brasil**. Brasília: WB, 2003.

BANCO MUNDIAL - WB; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO; FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - IFAD. **Manual sobre Gênero em Agricultura**. Washington: Bird, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. São Paulo: FTD, 1990.

BRASIL. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.526, de 26 de maio de 2014. Regulamenta o inciso V do *caput* do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 mai 2014.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -INCRA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Fomento Mulher e Quintais Produtivos: uma estratégia de construção de autonomia das mulheres rurais 2014**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/FOMENTO_MULHER.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014.

_____. **Inclusão produtiva rural**: apoio à produção rural. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-rural/apoio-a-producao-rural-1>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 205-27, 2004.

COSTA, M. G. S. G.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.19, n.02, p. 145-154, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26132115007>>. Acesso em: 14 mai 2016.

DEERE, C.; LÉON, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FÓRUM GLOBAL DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA RURAL - GFRAS. **Gender equality in rural advisory services**: a GFRAS Working Group concept note. Lindau: GFRAS, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

GLOBAL DONOR PLATFORM FOR RURAL DEVELOPMENT. Gender and agriculture. **Platform Policy Brief**, [s.l], n. 3, p. 1-7, 2010.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J.; DAYSE, M. (Orgs.). **O progresso das mulheres rurais no Brasil**. Brasília: Unifem, 2006. p. 102-31. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 mai 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

_____. **Produção Agrícola Municipal** - Lavoura Temporária 2014a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431175&idtema=149&search=rio-grande-do-sul|manoel-viana|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. **Pecuária**. 2014b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431175&idtema=147&search=rio-grande-do-sul|manoel-viana|pecuaria2014>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

IDS KNOWLEDGE SERVICES. Food security: research findings for development policymakers and practitioners. **Insights**, Brighton, n.82, p. 1-8, 2012.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - IFAD. **Gender mainstreaming**. La Paz: Ifad, 2000.

MAGALHAES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. **Revista de Economia, Administração e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 275-99, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000100010&script=sci_abstract>. Acesso em: 27 mar. 2016.

MEAS GENDER WORKING GROUP. **Reducing the gender gap in agricultural extension and advisory services**: how to find the best fit for men and women farmers. [S.l.]: Usaid, 2013.

MENASCHE, R. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n.53, p. 25-33, 2004.

NEUCHÂTEL GROUP. **Common framework for supporting Pro-poor Extension**. Lindau: Neuchâtel Group, 2003.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development**. 2010. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/issues/food/docs/A-HRC-16-49.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2015.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF - OXFAM. **Women's collective action**: unlocking the potential of agricultural markets. Oxford: OXFAM, 2013.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.5, n.28, p. 64-70, 1987.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@Plural**, v.7, n.2, p. 339-56, jul./dez. 2013.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SDR/RS. **Quintais Sustentáveis**: apoio para a estruturação e produção sustentável de alimentos. Porto Alegre: SDR, 2012.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 153-91.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-207, 2010.

SILVA, C. M. V.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.51, n.2, p. 387-99, abr./jun. 2013.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

Recebido em julho de 2017.

Aceito em dezembro de 2017.